

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL DIVA HUGUENEY DE SIQUEIRA BASTOS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT/BRASIL

Kátia Teixeira Ondeí<sup>1</sup>

**Resumo** - Esta pesquisa tem como objetivo pontuar a educação inclusiva na Escola Estadual Professora Diva Huguenehy de Siqueira, localizada no Município de Cuiabá-MT. Além da pesquisa bibliográfica, realizou-se a pesquisa de campo, tendo como instrumento de coleta o questionário aberto, o local de pesquisa foi a Escola Estadual Diva Huguenehy de Siqueira Bastos e a população amostral foram os professores dessa instituição. Os resultados evidenciaram que os professores participantes da pesquisa não conhecem o Projeto Político Pedagógico da escola; que as práticas pedagógicas aplicadas em sala são, por assim dizer, homogêneas, apesar de lidarem com uma clientela diversificada, com alunos com necessidades especiais e outras diferenças inseridos e existentes no ensino regular. Concluiu-se que o sucesso da Educação Inclusiva está intrínseco ao comprometimento dos profissionais de educação, ao Projeto Político Pedagógico, às parcerias estabelecidas entre instituição e comunidade, às práticas pedagógicas que promovam a interação, integração e a inclusão dos alunos, com ou sem necessidade especial. Sugere-se, como proposição para uma nova pesquisa, a investigação da parceria entre os serviços básicos de saúde e a Educação Inclusiva.

**Palavras Chaves:** Deficiência. História humana. Pessoas com deficiência. Educação. Acesso à educação inclusiva. Projeto Político Pedagógico.

**Abstract-** This research aims to punctuate inclusive education at the State School Professor Diva Huguenehy de Siqueira, located in the Municipality of Cuiabá-MT. In addition to the bibliographical research, field research was used, using as an instrument of collection the open questionnaire and the local research site Diva Huguenehy State School of Siqueira Bastos in the Municipality of Cuiabá and sampling population teachers of this institution. The results show that the teachers participating in the research do not know the political pedagogical project of the school, and the pedagogical practices applied in the classroom are, so to speak, homogeneous, although they deal with a diverse clientele, with students with special needs and other inserted differences and existing in regular education. It is concluded that the success of inclusive education is intrinsic to the commitment of education professionals, to the political pedagogical project, the partnerships established between institution and community, pedagogical practices that promote the interaction, integration and inclusion of students, with or without necessity Special. It is suggested as a proposal for a new research, the partnership between basic health services and inclusive education.

**Keywords:** Disability. Human history. Disabled people. Education. Access to inclusive education. Political Pedagogical Project.

### Introdução

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) seis por cento da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência (auditiva, visual, física e intelectual), dentre as quais a visual predomina em 3% dos brasileiros, principalmente nas pessoas como mais de sessenta anos de idade. Observou-se que 1% da população apresenta

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação no programa de pós-graduação do Absolute Christian University

deficiência física, em grau intenso ou muito intenso de limitações, e somente 18% conta com algum serviço de apoio. A deficiência intelectual acomete 0,8% dos brasileiros, dos quais 0,5% já nasceram com tal limitação. Os dados ainda evidenciam que 0,9% possuem deficiência auditiva (VILLELA, 2015; ESTADÃO, 2018)

A CF/88 assegura a todos os indivíduos, deficientes ou não, o direito a ter acesso à educação, para que se desenvolvam e tenham autonomia para tomar decisões e laborar. A Educação Inclusiva tem o papel de inserir os deficientes nas escolas regulares para exercerem o direito de ter acesso à educação.

As discussões em torno da Educação Inclusiva crescem continuamente, principalmente no Brasil, pois muitos deficientes ainda se encontram em situações de vulnerabilidade. Ressalta-se que as deficiências apresentam diversidades, ou seja, podem ser físicas, intelectuais, visuais ou auditivas, portanto, a educação inclusiva deve atender e suprir as necessidades das pessoas em acordo com suas limitações, visando o desenvolvimento e a autonomia das mesmas, inserindo-as em salas comuns ou no sistema regular de ensino, pois incluir significa juntar os indivíduos não deficientes com os deficientes, o que ainda contribui com o rompimento de paradigmas preconceituosos que acompanham a humanidade desde o princípio. Pode-se dizer que as políticas da EI<sup>2</sup> favorecem a construção de uma escola intercultural, em que os indivíduos aprendem a respeitar as diferenças étnicas e até mesmo as limitações decorrentes de uma deficiência, ou seja, trata-se de um caminho relevante a ruptura da exclusão, da segregação e marginalização dos deficientes e/ou das etnias e culturas diversas.

Neste contexto, a EI deve ter como base um projeto político pedagógico inclusivo, intrínseco a um espaço escolar acessível, sem obstáculos estruturais que dificultam ou impossibilitam a livre circulação dos deficientes e, conseqüentemente comprometa o desenvolvimento dos mesmos. Afinal, matricular o deficiente não significa livre acesso a condições salútares de aprendizagem em um sistema regular de ensino.

Os pressupostos acima conduzem ao seguinte questionamento: O projeto político pedagógico de uma instituição de ensino favorece a eficiência e a eficácia da Educação Inclusiva?

O PPP<sup>3</sup> planeja as estratégias e ações a serem concretizadas em sala de aula, influencia a dinâmica e a eficácia do processo de ensino aprendizagem direcionados aos alunos, deficientes ou não. Assim como no ensino regular, alguns aspectos devem ser levados em consideração, tais como as condições socioeconômicas e culturais em que os alunos e familiares estão inseridos, da mesma forma, no caso da EI, tais aspectos e, também, o tipo de

---

<sup>2</sup> EI: Educação Inclusiva.

<sup>3</sup> PPP: Projeto Político Pedagógico da escola.

deficiência da criança/adolescente, devem fundamentar todas as ações e estratégias direcionadas à inserção desses indivíduos na sala regular de ensino, proporcionando-lhes condições de desenvolvimento e construção de habilidades e competências que os tornem cidadãos autônomos e capazes.

Este artigo tem como objetivo geral pontuar analiticamente a Educação Inclusiva na Escola Estadual Professora Diva Hugueney de Siqueira, localizada no Município de Cuiabá-MT, através da análise do Projeto Político Pedagógico da referida instituição. Os objetivos específicos são: descrever o tratamento oferecido à pessoa com deficiência no transcorrer da história; relatar o surgimento da educação especial; expor as políticas públicas de EI enquanto instrumento de intervenção; examinar o projeto político pedagógico da EE Professora Diva Hugueney de Siqueira em relação à Educação Inclusiva. Entretanto, despretensiosamente, espera-se fomentar ainda mais as discussões em torno da EI no contexto brasileiro, para que a mesma seja continuada, inovada e aperfeiçoada.

A pesquisa ocorreu na Escola Estadual Diva Hugueney de Siqueira Bastos, localizada à Avenida Senador Jonas Pinheiro, Jardim Aroeira, Cuiabá - MT, 78030-385. Telefone: (65) 99348-6939 e-mail: cba.ee.divah.sbastos@educ.mt.gov.br. O instrumento de coleta foi um questionário formulado com perguntas abertas. A escola apresenta cerca de 30 professores do Ensino Médio, os quais responderam individualmente o questionário, pois houve relutância de respondê-lo em conjunto com a pesquisadora. Do número total de professores, somente 10 entregaram os questionários respondidos, após quinze dias de espera. Os professores também receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para facilitar a análise das respostas obtidas, os participantes da pesquisa receberam a seguinte nomenclatura: Prof. A; Prof. B e sucessivamente.

O resultado é apresentado de forma qualitativa, pois a interpretação dos resultados significativos da pesquisa corresponde à parte mais importante do relatório. Fez-se a aplicação crítico-teórica dos pontos relevantes, fazendo a correlação com os fundamentos sobre o tema em questão.

### **O Projeto Político Pedagógico inclusivo**

Segundo Silva Filho e Babosa (2015), a EI identifica um processo em que se incluem os indivíduos com necessidades especiais, desde a pré-escola até o ensino superior, no sistema regular de ensino. Ressalta-se que EI é um movimento novo, comparando-se com o extenso período de exclusão escolar.

A EI se fundamenta no convívio com as diferenças e na aprendizagem com experiência relacional, participativa, em que se contempla o aluno desde sua inserção no

espaço escolar, bem como o apoio a todos os profissionais da educação (professores, gestores, secretários, familiares, alunos, etc.) em prol do sucesso, pressupondo a extinção da segregação.

Alguns veem a EI como uma derivação da educação plural, democrática e transgressora, pois gera uma crise escolar quanto a identidade da instituição, que se reflete na identidade dos profissionais da educação e resulta na ressignificação da identidade do aluno (BISSOTO, 2013). Assim sendo, a Educação Para Todos executa sua obrigatoriedade incorporando todas as crianças no espaço escolar e defendendo o acesso à educação/formação, à cidadania e à dignidade.

A inclusão deve ser responsável, com estratégias, equidade de oportunidades e igualdade, em que a valorização do outro é de extrema relevância, fundamentando-se nos direitos e deveres de todos. Ou seja, a EI engloba mudanças, a fim de atender as necessidades da PCD, pois haverá convivência por um determinado tempo com o mesmo (CARVALHO, 2000; BISSOTO, 2013). A concepção de aluno ideal deve ser abandonada, em prol da aceitação das diferenças, pois somos iguais nos direitos, embora diferentes.

A escola inclusiva não deve apresentar demarcações que segregam os alunos deficientes dos “normais”; a convivência com as diferenças é a base dessa escola (CARVALHO, 2000; SILVA FILHO e BABOSA, 2015). O maior desafio está em se construir um espaço em que a prática pedagógica possa contemplar as diferenças, atender as necessidades dos alunos (deficientes ou não) e ofertar qualidade de ensino.

As barreiras, físicas e pedagógicas precisam ser identificadas e abolidas, o que pode ser feito pela coleta de dados junto à comunidade escolar (alunos, professores, demais profissionais, etc.) o que fornecerá os subsídios para se elaborar o planejamento e determinadas metas para EI. A família deve ser envolvida, assim como ocorre no caso dos alunos normais, pois os deficientes requerem atendimento especializado e acompanhamento mais próximo dos pais e responsáveis, exigindo o cumprimento dos direitos de acessibilidade, qualidade, equidade, cidadania, tanto no contexto escolar quanto social para criança/adolescentes. A EI de qualidade elimina as barreiras, as discriminações, estimula o desenvolvimento e potencialidades do indivíduo, bem como a coesão social (MAZZOTA, 2003; FÁVERO, FERREIRA, BARREIROS, 2009; ZOLIN, 2012). Embora, ainda hoje, a sociedade tenha arraigado o estigma de incapacidade do deficiente, apesar de se tratar tão somente de uma limitação e uma característica biológica que não impossibilitam o desenvolvimento e, até mesmo, a autonomia e a produtividade.

Entende-se que a inclusão insere o indivíduo de maneira radical, completa e sistematiza no âmbito social e educacional, portanto, a escola engloba a todos, ainda que seja necessário modificar sua estrutura física, preparar os profissionais, adaptar seu PPP e

estratégias de ensino aprendizagem, considerando as diferenças, as deficiências, a equidade, a igualdade, a cidadania e os direitos constitucionais de todos, como afirmam Mantoan (2006), Silva Filho e Babosa (2015).

A matrícula da PCD no sistema regular é o ponto de partida para a inclusão de ensino, mas a escola inclusiva além de apresentar uma infraestrutura com características arquitetônicas de acessibilidade, a qualquer indivíduo (deficiente ou não), deve contar com profissionais habilitados e capacitados para suprir as necessidades das crianças/adolescentes com deficiência em todas suas dimensões, especialmente educacionais. A valorização dos conhecimentos adquiridos nas vivências e experiências deve ser considerada durante a elaboração das práticas e estratégias educativas no PPP, bem como as diferenças existentes entre os alunos, tanto no que diz respeito à deficiência ou não, como as culturais, socioeconômicas, entre outras, pois o processo de ensino aprendizagem deve proporcionar desafios e estímulos que despertem a atenção dos educandos.

Portanto, os professores precisam lançar mão de todo recurso disponibilizado pela escola, bem como pelas práticas e políticas pedagógicas. Além disso, os professores precisam identificar os fatores/obstáculos que estão impossibilitando a participação de todos nas atividades e ações propostas (BIZETTO e OLIVEIRA, 2014; SILVA FILHO e BABOSA, 2015). As mudanças no espaço escolar, a formação continuada dos professores e demais profissionais, ocorrerá de forma gradativa e progressiva, até que se alcance uma escola/educação inclusiva no sistema regular de ensino brasileiro.

A educação inclusiva se depara com inúmeros obstáculos, verdadeiros desafios a serem transpostos, tais como: infraestrutura arquitetônica sem acessibilidade para PCD; profissionais despreparados para suprir as necessidades dos deficientes, dentro e fora de sala de aula; estigmas e preconceitos a serem rompidos, por vezes, até mesmo entre os profissionais da educação e família (ALVES, 2012; BIZETTO e OLIVEIRA, 2014). A EI adverte professores e a sociedade sobre a exigência de se ter uma educação que respeite as divergências e a transforme em ferramentas de ressignificação de papéis sociais, pois a inclusão permite ao deficiente exercer seus direitos.

Espera-se que uma nova sociedade seja construída com o movimento de inclusão social, com modificações nas estruturas físicas de inúmeros espaços, mobiliários e meios de transporte, transformação das ideologias e até mesmo da consciência dos deficientes. Através da inclusão escolar os indivíduos podem alcançar novos conhecimentos, habilidades e competências que lhes possibilitam produzir, formar novas culturas e formas de trabalho (ZOLIN, 2012; BISSOTO, 2013). A efetividade da EI demanda preparação das escolas, dos profissionais para que tenha condição de acolher a diversidade, em conformidade com os direitos constitucionais.

Segundo Zolin (2012), a EI tem grande importância. Conseqüentemente, os profissionais da educação, mais especificamente os professores, também são de extrema relevância para efetivação da mesma. Portanto, precisam estar preparados e adaptados aos projetos políticos pedagógicos e aos currículos que contemplam as necessidades dos deficientes.

Para entender o processo de inclusão no sistema regular de ensino, se faz necessário compreender o processo de formação dos professores em conformidade com os parâmetros do movimento de inclusão. Assim sendo, aborda-se a formação dos professores para atuação na Educação Inclusiva.

### **O PPP da Escola Estadual Diva Hugueney de Siqueira Bastos X Educação Inclusiva**

Nos passos anteriores vimos que a inclusão dos deficientes no sistema de ensino regular exige, da escola e dos profissionais mudanças, adequações. O espaço físico da escola precisa ter sua infraestrutura modificada, ou seja, a arquitetura deve fornecer acessibilidade aos deficientes. Além disso, o PPP, o currículo, os métodos e estratégias de ensino e avaliativos devem ser adaptados às diferenças e diversidades apresentadas em sala de aula, considerando tanto os deficientes como a cultura, a condição socioeconômica, e outros fatores que influenciam as experiências e vivências dos alunos e professores.

Os profissionais da educação (professores, gestores, secretários, inspetores, etc.) devem ter a consciência da necessidade da formação continuada; se não se sentirem devidamente capacitados e habilitados para suprir as demandas individuais e coletivas dos alunos, em especial dos deficientes, precisam buscar aperfeiçoamento e aprimoramento para terem condições técnicas científicas de orientar e coordenar conhecimentos a essa clientela inserida no sistema regular de ensino, pois a inclusão, como se discutiu anteriormente, não se restringe à matrícula.

A proposta política pedagógica da EE Diva Hugueney, contemplada pelo Projeto Político Pedagógico, tem como eixo temático aproximar a EI do uso das tecnologias digitais para a promoção da inclusão, definindo o papel do corpo docente com função mediadora das ações que desenvolvam práticas no contexto escolar, envolvendo toda a comunidade.

O PPP da EE Diva Hugueney aponta recursos didáticos pedagógicos associados aos recursos tecnológicos existentes na unidade. Também aborda a participação, o diálogo e a parceria com as famílias, e, em se tratando do aluno surdo, enfatiza a importância desta parceria ao propor ações de mediação entre família / escola / processo ensino aprendizagem.

A ação pedagógica contida no PPP da Escola Diva Hugueney deixa claro o papel do professor frente ao uso das de novas TICs – Tecnologias da Informação e da Comunicação – na educação, evidenciando um melhor atendimento especializado para alunos, em função de

estabelecer uma nova proposta de trabalho.

O documento ressalta as medidas de adequações de acesso no currículo, para atender os alunos com necessidades especiais como: criar condições físicas, ambientais e materiais para o aluno na sua unidade escolar de atendimento; propiciar os melhores níveis de comunicação e interação com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar; favorecer a participação nas atividades escolares; □propiciar o mobiliário específico necessário; fornecer ou atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários; adaptar materiais de uso comum em sala de aula; adotar sistemas de comunicação alternativos para os alunos impedidos de comunicação oral (na aprendizagem e na avaliação); criar dinâmicas e atividades para que os alunos desenvolvam competência em LIBRAS através de surdos adultos como modelos linguísticos; proporcionar ambiente de convivência harmônica entre alunos/alunos e alunos/profissionais de forma participativa com respeito mútuo e de responsabilidade social; desenvolver atividades curriculares relacionadas às produções e processos artísticos, comunitários culturais dos surdos; promover o aprimoramento profissional do corpo técnico e docente em consonância com os objetivos do projeto político-pedagógico; orientar os familiares sobre as implicações sócias psicolinguísticas da surdez, através de atividades que promovam a interação entre alunos, familiares, profissionais e comunidade surda. Desse modo, a organização curricular do PPP da Escola Diva Huguenehy define que o currículo compõe o alicerce constitutivo da identidade do aluno surdo, ao longo do tempo social e histórico e os processos específicos de sua cognição.

O processo de reflexão sobre a prática deve acontecer sempre e as atitudes tomadas em conjunto, delegando funções e responsabilidades na busca de melhorias na qualidade educativa. A Escola Diva Huguenehy proporciona um currículo que atende o aluno surdo de forma interativa, construindo o seu conhecimento de mundo e se reconhecendo como cidadão. Inclusão: A percepção dos professores da Escola Estadual Diva Huguenehy de Siqueira Bastos

Como já mencionado nos procedimentos metodológicos, aplicou-se um questionário a alguns professores e coordenação da EE Diva Huguenehy, através do qual se conheceu a percepção dos mesmos a respeito da aplicabilidade do PPP, nas ações inclusivas para atendimento das demandas dos alunos com deficiência, lotados nessa unidade da rede pública de ensino.

No primeiro questionamento, procurou-se saber dos professores como é a sua atuação com alunos deficientes em sala. As transcrições abaixo destacam algumas das respostas alcançadas:

*“Assim, como os demais alunos é preciso trabalhar o mesmo assunto, mais de forma diversificada com atividades lúdicas indicadas para alunos especiais.” (Prof. A).*

*“Não é fácil, porém é preciso muita criatividade nas elaborações das atividades e buscar não separar o grupo, e sim interagir a sala” (Prof. B).*

*“Busco através das leituras e auxílio da equipe pedagógica elaborar aulas atrativas com recursos apropriados a realidade da sala.” (Prof. C).*

*“Eu busco fazer a integração procurando tratar e dar apoio a todos de forma igualitária, é preciso buscar a integração entre os alunos com necessidades especiais” (Prof. D).*

Nota-se que há alunos NEE nas salas de aulas, que procuram interagir entre os colegas, trocando experiências e vivências oportunizadas pelas ações de inclusão desses alunos no ensino regular, sob a coordenação dos professores. Infere-se que a disposição e comprometimento dos professores acabam por ser um marco diferencial, pois assim a inclusão ocorrerá efetivamente, permitindo a todos os alunos deficientes matriculados que se desenvolvam e exerçam sua cidadania plenamente.

O professor é elemento fundamental das mudanças propostas pela Educação Inclusiva. Em sala de aula precisa fazer uso dos recursos pedagógicos que favoreçam o aprendizado e a prática inclusiva. Entretanto, algumas barreiras ainda precisam ser transpostas por parte dos professores, tais como: a falta de preparo, de conhecimento e de recursos adequados ao atendimento dos alunos deficientes, como já apontavam Giroto, Sabella, Lima (2019). Vale ainda destacar as colocações de Ferraresi (2018) ao salientar que os professores que atuam na EI precisam fazer uso da empatia e do acolhimento, habilidades que não são construídas teoricamente, mas no dia a dia e com auxílio da pedagogia afetiva.

No segundo questionamento, perguntou-se aos professores se a unidade escolar pesquisada possui uma sala multifuncional. As respostas foram unânimes, pois todos os participantes disseram que sim, a escola possui uma sala multifuncional com a presença de professor especialista e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Vale destacar que em relação ao AEE, o PPP elenca algumas ações a serem desenvolvidas, a fim de identificar a congruência entre o proposto e o realizado; buscando propor e aplicar um modelo de oficinas pedagógicas relacionadas ao desenvolvimento de competência em informação para os professores, alunos e pais da escola campo de pesquisa, na perspectiva de facilitar e fortalecer a atuação dos professores na utilização de estratégias pedagógicas frente as tecnologias voltadas para a educação do aluno surdo.

Em 2008, foi estabelecida a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) que determinou diretrizes para concretização da EI no sistema de ensino regular, entre os quais o AEE, considerado uma conquista essencial para se assegurar a efetivação do programa Educação Para Todos. A PNEEPEI também garante a matrícula dos deficientes no ensino regular, a criação de políticas públicas, estratégias e



práticas pedagógicas direcionadas a EI. Essa política ainda determinou a criação das salas multifuncionais fundamentais ao rompimento dos obstáculos que atrapalham o desenvolvimento e aprendizado das crianças/adolescentes deficientes e complementam o processo de ensino ofertado na sala de aula regular. O Ministério da Educação, por meio do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncional (PISRM), oferta dois tipos de Sala Multifuncional (MACHADO, 2009; EQUIPE DIVERSA, 2017). Na sala 1, a estrutura básica atende qualquer tipo de deficiência, enquanto a sala 2, apresenta uma estrutura direcionada aos deficientes visuais. A SM tem como foco identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e acessibilidade para que os deficientes participem ativamente das atividades. Portanto, os professores e AEE devem cooperar mutuamente em prol do desenvolvimento da autonomia e independência dos deficientes, dentro e fora do espaço escolar.

O AEE possui um papel de relevância na EI, por agilizar e facilitar o uso dos recursos ofertados pelas salas multifuncionais; portanto, o trabalho desse profissional ocorre em paralelo ao do professor da sala regular e de educação especial, pois todos são necessários para o sucesso da Educação Inclusiva (GOMES e VIEIRA, 2015). O despreparo e as dificuldades ainda impossibilitam o sucesso da EI nas salas de ensino regular e especial (GIROTO, SABELLA, LIMA, 2019), bem como o desconhecimento das práticas, das políticas pedagógicas e dos aspectos legais.

Assim sendo, no terceiro questionamento perguntou-se aos professores se estão preparados para atuarem junto aos alunos com NEE. Enumeramos as respostas:

*“Acredito que o professor da área sem formação específica de certa forma não desenvolve um trabalho pleno com os alunos com essas características” (Prof. A)*

*“Na verdade não são, a não ser os especialistas, mas mesmo assim muitos tem dificuldades e falta mais cursos de capacitação específicas” (Prof. B)*

*“Hoje a lei exige o acompanhamento do AEE, só que o número desse profissional especializado por escola ainda é insuficiente, é preciso que o Estado/SEDUC invista na formação de mais profissionais especializados” (Prof. C)*

*“Na maioria das vezes, esse preparo vem da própria necessidade do professor, não que a universidades nos forme para lidarmos com alunos especiais, é preciso buscar qualificações específicas a essa realidade” (Prof. D);*

As respostas evidenciam, claramente, que os professores reconhecem a importância de se ter o devido preparo e capacitação para atuar com as crianças/adolescentes deficientes inseridos, tanto na sala de ensino regular, quanto especial. Alguns pontuam que não se sentem preparados e ainda enfatizam que os AEE são insuficientes em número nas unidades escolares em comparação à demanda de alunos com NEE. Além disso, destacam que muitos acabam,

por conta própria, tomando a iniciativa de se capacitarem, pois nem o curso superior, nem sequer a secretaria de educação oportunizam cursos que os preparem para suprir as demandas dos deficientes no processo de EI no sistema regular de ensino.

Os cursos superiores, direcionados a preparação dos profissionais da educação, devem ser reorganizados a fim de favorecerem a formação de professores mais reflexivos, críticos e atuantes. Afinal, o espaço escolar é heterogêneo, portanto, os professores devem estar preparados para lidar com as diferenças existentes entre os alunos, bem como para propor ações interativas, integrativas e inclusivas.

Oliveira (2015) salienta que a formação continuada oportuniza aos professores obter novos conhecimentos para aperfeiçoar sua prática e suprir as necessidades e demandas dos deficientes em sala de ensino regular e, conseqüentemente, promover melhorias de qualidade ao ensino ofertado aos alunos especiais e normais. A EI tem como foco formar alunos autônomos, portanto, os professores precisam ser autônomos, reflexivos, sintetizando, não podem impor uma formação sem sentido ao docente nem ao discente.

Ainda se questionou aos participantes a respeito da metodologia aplicada em sala de aula. Transcrevemos algumas respostas:

*“É um desafio emergente, pois exige da escola a prática da flexibilização curricular que se concretiza na análise da adequação de objetivos propostos, na adoção de metodologias alternativas de ensino, no uso de recursos humanos, técnicos e materiais específicos, no rendimento do tempo e espaço escolar, entre outros aspectos” (Prof. A)*

*“Para uma aula produtiva, serão realizadas observações diretas e indiretas em sala de aula, com análise das aulas, material distribuído ao aluno com necessidades educacionais especiais, com critérios de análise sobre as atividades escritas, de leitura, socialização e exploração do ambiente escolar” (Prof. B)*

*“Algumas medidas desenvolvo nas aulas no sentido de facilitar e melhorar a interação do grupo, primeiro parto da observação e mediação do aluno em relação à posição da carteira a qual o mesmo permanece diariamente, busco sempre colocar os matérias em fonte maior para os de baixa visão, exercícios lúdico e em cores diversificadas” (Prof. C).*

Apesar dos esforços dos professores, como se observa nas respostas transcritas, pode-se inferir que em sala de aula ainda há predominância do método expositivo e da avaliação diagnóstica. O professor C, por exemplo, enfatiza que a posição das carteiras em sala de aula permanece sempre no mesmo ponto. A observação prevalece nas falas; o professor A destaca a importância de se fazer uso de metodologias inovadoras, de tecnologia, mas não diz se o faz em sua sala de aula.

O papel do professor em sala de aula é ser mediador, orientador de conhecimento, oportunizando aos alunos uma aprendizagem significativa; esse papel continua sendo o

mesmo, quando se faz necessário atender as demandas dos alunos com NEE, embora seja preciso inovar, aplicar métodos e técnicas que supram as demandas dos deficientes. Enfatiza-se que a inovação é essencial para que a EI cumpra as exigências legais de inclusão, tendo por base um modelo de currículo flexível, que supra as diferenças e se fundamente nos princípios de igualdade, equidade e cidadania. Os projetos educativos permitem que se desenvolva uma sociedade inclusiva, capaz de acolher cidadãos capazes, independente das diferenças que apresentem (BEZERRA, 2014). No contexto da EI (EQUIPE DIVERSA, 2017), os projetos precisam ser consistentes e sustentáveis com atividades contínuas associadas a cada dimensão, seja política pública, gestão escolar, estratégia pedagógica, família e parcerias.

Procurou-se saber dos professores participantes se conheciam o PPP da escola Diva Hugueney e suas propostas para se atuar com os deficientes e seus familiares. As respostas expressam:

*“Não tenho conhecimento do PPP da escola” (Prof. A)*

*“Sei que o projeto político pedagógico da escola existe, mas eu não participei da elaboração e não tenho acesso ao mesmo” (Prof. B)*

*“Quando comecei a trabalhar aqui na escola o atual PPP já estava reformulado, sei que de dois em dois anos ele passa por reformulação, só que não participei do mesmo” (Prof. C)*

*“Sei que o PPP da escola fala da necessidade da inclusão, tanto é que há sala multifuncional funcionando aqui, eu o que sei sobre o PPP é pouco, mas as minhas dúvidas, procuro sanar com a coordenação pedagógica” (Prof. D)*

As respostas fornecidas pelos participantes formam um quadro muito preocupante, pois enquanto educadores, é imprescindível que conheçam o PPP da escola Diva Hugueney e suas propostas direcionadas à EI. A elaboração do PPP envolve todos os profissionais da educação (professores, gestores, coordenadores, alunos, familiares, etc.), apesar de não terem participado dessa elaboração, os participantes deveriam ter tido acesso a ele.

Bezerra (2014) salienta que o PPP das escolas tem como finalidade principal atender as diferenças/diversidades, a aprendizagem deve ser individual e coletiva. O espaço escolar deve propiciar ações interativas entre a comunidade escolar e a família, pois assim haverá uma inclusão efetiva e concreta. O PPP deve conter estratégias que contemplem toda diversidade que se apresenta no espaço escolar, o que engloba os deficientes, pois a valorização do indivíduo é extremamente relevante. A elaboração do PPP deve considerar que cada indivíduo tem seu próprio tempo e ritmo de aprendizagem, o qual é influenciado pela qualidade de interação, de participação e das oportunidades experimentadas. Neste contexto, a interação humana é essencial, as brincadeiras, o diálogo, a exploração de objetos e espaços estimulam e enriquecem o desenvolvimento global das crianças/adolescentes.

Por último, solicitou-se aos participantes que fornecessem alguma contribuição de enriquecimento ao processo de ensino aprendido. No entanto, não houve sugestões, todos deixaram em branco a sexta questão.

Os resultados destacam que apesar da escola prestar atendimento aos alunos com algum tipo de deficiência, são necessárias estratégias que envolvam mais os professores, demais profissionais da instituição e até mesmo familiares nas atividades desenvolvidas no espaço escolar em prol do desenvolvimento e autonomia do aluno com NEE.

A inclusão pressupõe transformações, mudanças, não somente do espaço físico da escola, mas também de todos os profissionais da educação, dos pensamentos e métodos de ensino aplicados em sala regular. As políticas públicas direcionadas a educação, há tempos vem abordando a necessidade de se elaborar técnicas e estratégias que contemplem a diferença, a diversidade, o que diz respeito aos PCD.

### **Considerações finais**

A realidade apresentada nesta pesquisa, realizada na Escola Estadual Diva Huguene, reitera que, para se trabalhar a EI, além das mudanças estruturais que possibilitem maior acessibilidade, a principal mudança diz respeito às propostas e estratégias elaboradas e estabelecidas pelo PPP, pois o do ano de 2018, analisado nesta pesquisa, deixou de levar em consideração a diversidade e a deficiência no contexto do ensino regular.

Apesar de haver uma gestão participativa democrática, percebe-se que os professores recém-chegados à escola, não foram envolvidos nas tomadas de decisões da gestão anterior, principalmente as que se referem diretamente ao processo de ensino aprendizagem, em que os alunos com algum tipo de deficiência devem ser levados em consideração.

A integração sócio afetiva num currículo flexível é essencial para a EI, mas o papel de maior relevância é do professor que, enquanto mediador de conhecimentos, deve estar apto a atender e suprir as diferenças e diversidades em sala. Portanto, a formação docente continuada possui grande importância na implantação da EI.

Apesar de não termos discutido essa questão, a experiência deixa evidente que a maioria dos professores, em decorrência de inúmeros fatores, entre os quais o baixo salário, precisam exercer as suas atividades laborais, geralmente, nos três turnos (matutino, vespertino e noturno). Portanto, não lhes resta tempo para dar continuidade a sua formação, pois o escasso tempo livre deve ser dedicado ao planejamento das aulas, a avaliação dos alunos e a auto avaliação.

Neste sentido, a parceria entre a instituição de ensino, a Secretaria de Educação e institutos de ensino superior se torna essencial para fomentar cursos de capacitação aos

professores para que melhorem sua atuação, para atender com mais qualidade a sua clientela, deficiente ou não.

Como já mencionada, a EI não se restringe a matrícula do aluno com NEE, mas engloba estratégias, currículos, mudanças nas ações de professores e demais funcionários da escola, com o fim de ofertar a todos os alunos, estímulos que possibilitem o desenvolvimento e a formação crítica.

Então, para que ocorra a verdadeira inclusão de todos os alunos no processo de ensino aprendizagem no sistema regular de ensino, as formações dos profissionais e da rede de apoio são de extrema importância, pois precisam estar aptos a lidar com as diferenças e diversidades apresentadas em sala, principalmente das crianças/adolescentes com NEE.

Enfim, a inclusão, social ou educacional, é tarefa complexa, difícil, mas possível de concretização e consolidação, requerendo, no entanto, o envolvimento e a interação de todos (pais, familiares, alunos, professores, demais funcionários, etc). Os profissionais da educação, por meio da troca de experiências e vivências, contribuem com a melhoria do PPP, reajustado anualmente, para suprir a demanda dos alunos no sistema regular de ensino.

As discussões apresentadas neste artigo não contemplaram os serviços de saúde, tão essenciais às PCD. Sugere-se uma nova pesquisa, em que se mensure a relevância da parceria entre escola e Unidades de Atenção Básica para amparo no desenvolvimento e formação dos alunos com NEE, pois se trata de um elemento fundamental à inclusão social: a saúde.

## Referências

ALVES, F. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio**. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2012.

BEZERRA, A. de. **Métodos de ensino para a inclusão escolar de alunos com deficiência auditiva**. Medianeira, PR: UTFPR, 2014.

BISSOTO, M. L. Educação inclusão e exclusão social. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 45, p. 91-108, jan./abr., 2013.

BIZETTO, L. de S.; OLIVEIRA, M. R. F. de. A inclusão no ensino regular: uma proposta de intervenção com alunos de baixa visão. **III Jornada de Didática desafios para a docência e II Seminário de pesquisa do CEMAD**, de 29 a 31 de jul. 2014.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 3.298, de 20 de Dezembro de 1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)> Acesso em: 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)> Acesso em 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.146, de julho de 2015** – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. do. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Lei de Libras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)>. Acesso em: 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem.** Rio de Janeiro: WVA, 2000.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Tailândia, 1990. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por)>. Acesso em: 10 out. 2018.

EQUIPE DIVERSA. Atendimento educacional especializado (AEE) e sala comum: trabalho colaborativo para a inclusão. **DIVERSA**, educação inclusiva na prática, 15 mai. 2017. Disponível em: <<https://diversa.org.br/aee-e-sala-comum-trabalho-colaborativo-para-inclusao/>> Acesso em 11 jan. 2019.

ESCOLA ESTADUAL DIVA HUGUENEY DE SIQUEIRA BASTOS. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/escola/252752-ee-diva-hugueney-de-siqueira-bastos/censo-escolar>>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

ESCOLA ESTADUAL DIVA HUGUENEY DE SIQUEIRA BASTOS. **Projeto político pedagógico.** Setembro, 2018 (Cópia fornecida pela Coordenação da Escola).

**ESTADÃO.** A obtenção de dados sobre crianças e adolescentes com deficiência na população é imprescindível para universalização do acesso à educação básica. Todos pela educação, 21 jun. 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/blogs/educacao-e-etc/com-nova-margem-de-corte-ibge-constata-67-de-pessoas-com-deficiencia-no-brasil/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FÁVERO, O.; FERREIRA, T. I.; BARREIROS, D. **Tornar a educação inclusiva.** Brasília: UNESCO, 2009.

FERRARESI, S. Pedagogia auxilia professores a acolher alunos com deficiência. **DIVERSA**, educação inclusiva na prática, 05 jan. 2018. Disponível em: <<https://diversa.org.br/relatos-de-experiencia/especialista-inclusao-auxilia-professores-acolher-alunos-deficiencia/>> Acesso em 11 jan. 2019.

GIROTO, C. R. M.; SABELLA, N. M. M.; LIMA, J. M. R. de. Representações do professor generalista acerca do papel do professor especialista: análise da produção científica em educação especial no período de 2008 a 2015. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, 2019.

GOMES, A. M. P. M.; VIEIRA, M. C. M. A importância da supervisão colaborativa no desenvolvimento profissional do docente de educação especial. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 28, n. 53. p. 751-764, 2015.

MACHADO, M. C. **Prorrogado o prazo de indicação para as salas multifuncionais.** Ministério da Educação, 2009. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32715>>

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão

sobre o tema. São Paulo: Memnon, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, F. M. de. A formação de professores e a educação inclusiva. **Revista Alpha**, n. 16, dez. 2015, 322-338.

SEESP/MEC. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. 2. Ed. Brasília, DF: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

SILVA FILHO, R. B. da; BABOSA, E. S. C. Educação Especial: da prática pedagógica à perspectiva da inclusão. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 353-368, jul.-dez. 2015.

VILLELA, F. IBGE: 6,2% da população têm algum tipo de deficiência. **Agência Brasil**, Geral 21 ago. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

ZOLIN, A. de C. R. **A educação inclusiva no ensino regular**. Medianeira, PR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2012